

– o atendimento em si e a passagem entre redes da quarta para as quintas séries –, do ensino médio (conclusão do EF versus capacidade de atendimento) e das modalidades de atendimento ao jovem e adulto de baixa escolaridade.

117 **Potencialização da autonomia da gestão escolar municipal**

Pedro Ganzeli

Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2000/13995-0
Vigência: 1/1/2002 a 30/9/2004

A formação de sistemas municipais de ensino no Estado de São Paulo ganhou um novo impulso com a aprovação da Emenda 14/96 e da Lei nº 9.424/96, que a regulamentou, bem como das novas orientações definidas para a educação nacional presentes na LOB, Lei nº 9.394/96, especialmente os seus artigos 8 e 11 relativos ao sistema municipal de ensino. Essas alterações exigiram uma reestruturação de porte na rede municipal de ensino de Indaiatuba, SP, que ampliou suas funções para além do ensino infantil e da educação de adultos, já existentes, sendo introduzidos o ensino fundamental e novas obrigações em relação à autorização de funcionamento e supervisão das escolas particulares de educação infantil. Novas funções, novas construções, novos alunos, novos funcionários, nova legislação, alterações essas que provocaram e provocam a necessidade de repensar, remodelar toda a estrutura organizacional, financeira e pedagógica do sistema municipal de ensino, para que não corra o risco de o sistema vir a sofrer fragmentações, tão comuns e prejudiciais para o desenvolvimento da educação pública municipal. Nesse sentido, o projeto “Potencialização da autonomia da gestão escolar municipal” se propõe, a partir de uma análise diagnóstica do sistema municipal de educação em seus aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, implementar ações que possibilitem, mediante um processo participativo e organicamente estruturado, a construção do projeto político-pedagógico para o sistema de ensino, bem como das unidades escolares que o compõem, possibilitando a produção, pelos próprios agentes educacionais, de orientação coletiva, indispensável para a consolidação de um sistema municipal de ensino autônomo e de qualidade.

118 **Atendimento interdisciplinar ao aluno surdo: grupo de apoio a pais e ensino de Libras**

Tarcia Regina da Silveira Dias

Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Universidade Ribeirão Preto (Unaerp)

Processo 2000/02028-0

Vigência: 1/1/2001 a 30/9/2003

É indiscutível, diante da nova lei de diretrizes e bases da educação nacional, a necessidade de uma parceria efetiva entre a família e o Estado, porque a família é um núcleo básico, e das relações aí estabelecidas vão depender as relações interpessoais de seus integrantes. No caso de crianças surdas, as interações familiares podem ser muito prejudicadas quando os pais desconhecem e/ou rejeitam a língua de sinais e o modo de vida característico de seus filhos. Apesar da importância da família no processo educacional de seus filhos, ainda é muito incipiente o trabalho com as mesmas nas redes públicas de ensino, principalmente em uma abordagem bilíngue. Complementando o atendimento educacional de surdos em Ribeirão Preto, este estudo pretende descrever o desenvolvimento de grupos de pais sob duas perspectivas: organizando, descrevendo e analisando grupos de orientação psicoeducacional a pais (coordenado por psicólogo); e planejando, analisando e avaliando o ensino de Libras aos pais (ministrado por instrutor surdo). Os grupos ocorrerão semanalmente e contarão com a presença de pais de alunos surdos que frequentam o atendimento educacional interdisciplinar, visando oportunizar o contato com a Libras e com a cultura surda (pelo contato com adulto surdo, instrutor de Libras e membro da equipe de pesquisadores), o ensino de português escrito (com o apoio das tecnologias interativas) e o desenvolvimento de linguagem oral, via procedimentos fonoaudiológicos. O desenvolvimento dos grupos serão sistematicamente registrados e/ou filmados. Todo esse trabalho será acompanhado, efetivamente, pelos membros da equipe parceira (professores das classes de surdos) de modo a auxiliá-la: fornecendo-lhe subsídios para definir políticas públicas em centro de educação especial do município (único centro integrado de educação especial de Ribeirão Preto e região) e de uma escola estadual (única do município, com classes especiais para surdos).

119 **Organização dos sistemas municipais de educação no Estado de São Paulo: novas possibilidades na gestão das políticas públicas no município de Bauru**

Ana Maria Freire da Palma Marques de Almeida

Faculdade de Ciências de Bauru
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2000/01966-6
Vigência: 1/1/2001 a 30/9/2003

A organização dos sistemas municipais de educação no Estado de São Paulo e o processo de municipalização do ensino de 1ª a 4ª séries e o necessário aumento de autonomia das escolas estão exigindo dos governos